

22ª Edição - 2021

EXAME



C N A I



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

PREVIC

NOME:

N.º DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE 1/2021

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões da Prova Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)

Use como rascunho as páginas disponíveis ao final deste caderno, as quais não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
- Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).

Observações quanto ao preenchimento das Folhas de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Assinale **somente** uma opção em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais opções.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 15 (quinze) e, no máximo, 30 (trinta) linhas. Não deverão conter nenhum tipo de identificação do examinando(a) (assinatura, visto, etc.) e deverão ser redigidas com letra legível.

As Folhas de Respostas não deverão ser dobradas, amassadas ou rasuradas.

De acordo com o item 7.5, em hipótese alguma, haverá substituição das Folhas de Respostas Objetivas e Dissertativas por erro do(a) examinando(a).

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do(a) examinando(a) qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada nas Folhas de Respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO(A) EXAMINANDO(A) DA SALA DE PROVA
SOMENTE APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO EXAMINANDO(A)
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

DURAÇÃO DESTA PROVA: QUATRO HORAS

ATENÇÃO

Caro(a) Examinando(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 25 (vinte e cinco) questões objetivas, cada uma constituída de 4 (quatro) opções, e 2 (duas) questões dissertativas.

Se houver algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. A norma técnica de auditoria independente (NBC TA) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que trata de eventos subsequentes estabelece que o auditor independente deve levar em consideração a avaliação de risco para determinar a natureza, extensão dos procedimentos de auditoria desenhados para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que todos os eventos ocorridos entre a data das demonstrações contábeis e a data do relatório do auditor independente que precisam ser ajustados ou divulgados nas demonstrações contábeis foram identificados. Dentre os procedimentos de auditoria que devem ser realizados, assinale a opção **CORRETA**:
- a) Indagação à administração e, quando apropriado, aos responsáveis pela governança sobre a ocorrência de eventos subsequentes que poderiam afetar as demonstrações contábeis.
 - b) Leitura dos últimos orçamentos disponíveis, previsões de fluxos de caixa e outros relatórios da administração relacionados de períodos posteriores à data de publicação das demonstrações contábeis.
 - c) Obtenção de entendimento dos procedimentos estabelecidos pela auditoria interna para assegurar que os eventos subsequentes são identificados.
 - d) Leitura das atas do conselho de administração e dos responsáveis pela governança da entidade, realizadas até a data das demonstrações contábeis, e indagação sobre assuntos discutidos nessas reuniões.

2. Em relação à Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) que regulamenta os critérios para definição e duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de precificação e outras providências, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

- I. A Previc pode determinar, a qualquer tempo, a realização de novo estudo técnico de adequação, caso o estudo original seja avaliado como inconsistente ou insuficiente, apontando especificamente as inconsistências ou insuficiências a serem sanadas, bem como o devido embasamento técnico ou normativo.
- II. Na projeção de crescimento real dos salários ou crescimento real dos benefícios do plano, podem-se adotar taxas negativas em linha com a situação econômica do país.
- III. Todas as hipóteses atuariais adotadas em avaliação atuarial de plano de benefícios devem ser embasadas em estudo técnico de adequação e deve ser elaborado por contador habilitado e legalmente responsável pelo plano de benefícios e embasado em informações fornecidas pela EFPC e pela Previc.
- IV. Os dados cadastrais e demais informações referentes ao passivo atuarial devem ser providenciados pelo ARPB, e as informações relativas aos investimentos devem ser providenciadas pelo AETQ.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.

- 3. Em relação à Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que dispõe sobre as Demonstrações Atuariais e os elementos mínimos que devem constar na Nota Técnica Atuarial dos planos de benefícios de caráter previdenciário administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), analise as alternativas abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.**
- a) O atuário deve, ao assumir a responsabilidade pelo plano de benefícios, anuir formalmente à Nota Técnica Atuarial em vigor, caso considere que o documento esteja apropriado às regras regulamentares do plano, mesmo que não atenda aos requisitos técnico-atuariais pertinentes.
 - b) Os valores das provisões matemáticas, déficits, superávits e fundos previdenciais apresentados nas Demonstrações Atuariais, por ocasião da avaliação atuarial do encerramento do exercício, após serem consolidados pela EFPC, em geral não são coincidentes com os consignados no balanço patrimonial.
 - c) A Nota Técnica Atuarial deve ser enviada à Previc por ocasião da implantação ou da alteração de plano de benefícios, não havendo necessidade de reenvio em casos de modificações na modelagem atuarial, de modo que seu conteúdo reflita todas as práticas atuariais adotadas para o plano.
 - d) As informações contidas nas Demonstrações Atuariais devem refletir, de forma individualizada, todos os planos de benefícios mantidos pela entidade e aprovados pelo órgão competente, na data de referência da avaliação atuarial.
- 4. Considerando a resolução que dispõe sobre aplicação de recursos, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) podem adquirir e manter posições em mercados derivativos, diretamente ou por meio de fundos de investimentos, desde que observadas certas condições. Qual(is) é(são) a(s) condição(ões)?**
- a) Avaliação posterior dos riscos sistêmico e operacional envolvidos e existência de sistemas de controles internos adequados às suas operações.
 - b) Registro da operação ou negociação em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros ou em mercado de balcão organizado e atuação de câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação.
 - c) Margem requerida limitada a 50% (cinquenta por cento) da posição em apenas ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações aceitos pela *Clearing*.
 - d) Valor total dos prêmios de opções pagos limitado a 40% (quarenta por cento) somente da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal.

5. As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), quando da contratação dos serviços de auditoria sobre as suas demonstrações contábeis, deverão observar diversas obrigações a serem estabelecidas com o auditor independente. Acerca desse assunto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

- I. No contrato celebrado entre a EFPC com o auditor independente, deve constar cláusula autorizando o acesso da Previc aos papéis de trabalho do auditor independente, e a quaisquer documentos que tenham servido de base ou evidência para emissão dos relatórios emitidos por ele.
- II. A Diretoria Executiva das EFPCs deverá comunicar formalmente ao auditor independente e ao Comitê de Auditoria, quando instalado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da identificação, a ocorrência dos eventos relacionados a i) inobservância de normas legais e regulamentares que coloquem em risco a continuidade da EFPC e dos planos de benefícios operados por estas; ii) a fraudes de qualquer valor perpetradas pela administração da EFPC; iii) a fraudes relevantes perpetradas por funcionários das EFPCs ou por terceiros; e iv) a erros que resultem em incorreções relevantes nas demonstrações contábeis da EFPC.
- III. Todas as EFPCs devem solicitar ao auditor independente que produza os seguintes documentos: i) relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis; ii) relatório circunstanciado sobre as deficiências identificadas no curso dos trabalhos de auditoria e a adequação dos controles internos aos riscos suportados pelas EFPCs, bem como recomendações destinadas a sanar essas deficiências; e iii) relatório para propósito específico no qual deverá ser avaliada a adequação dos controles internos aos riscos suportados, bem como a governança da EFPC.
- IV. O relatório circunstanciado sobre as deficiências identificadas no curso dos trabalhos de auditoria e a adequação dos controles internos aos riscos suportados pelas EFPCs, bem como recomendações destinadas a sanar essas deficiências, e o relatório para propósito específico no qual deverá ser avaliada a adequação da administração, bem como a governança da EFPC devem ser emitidos, no mínimo, semestralmente.

Estão CORRETOS apenas os itens:

- a) III e IV.
- b) I e II.
- c) III e IV.
- d) I e III.

6. **As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), na preparação das suas demonstrações contábeis, estão obrigadas a aplicar os critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes nos termos da norma emitida pelo CFC que trata deste assunto, e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a natureza, oportunidade e valor das provisões e passivos e ativos contingentes. A respeito desse assunto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA:**
- I. As demonstrações contábeis tratam da posição financeira da entidade no fim do seu período de divulgação e, não, da sua possível posição no futuro. Por isso, nenhuma provisão é reconhecida para despesas que necessitam ser incorridas para operar no futuro. Os únicos passivos reconhecidos no balanço da entidade são os que já existem na data do balanço.
 - II. O ativo contingente deve ser reconhecido e divulgado quando for provável a entrada de benefícios econômicos, da mesma maneira como ocorre com as ações judiciais em que for provável a sua perda e o seu valor for estimado com segurança.
 - III. Em sentido geral, todas as provisões são contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor. Porém, no alcance da norma contábil que trata dessa matéria, o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade.
 - IV. Os eventos futuros que possam afetar o valor necessário para liquidar a obrigação não devem ser refletidos no valor da provisão, mesmo quando houver evidência objetiva suficiente de que eles ocorrerão, uma vez que a provisão deve ser estimada a valor presente.

Estão CORRETOS os itens:

- a) I e IV, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

- 7. No Brasil a norma que dispõe sobre a utilização do trabalho de auditoria interna pelo auditor externo estabelece condições para que isso ocorra. Sobre esse assunto, assinale a alternativa CORRETA.**
- a) O auditor independente tem total responsabilidade pela opinião expressa em seu relatório de auditoria de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC). Entretanto, de acordo com norma de auditoria que trata deste tema, essa responsabilidade é reduzida pela utilização de trabalhos da função de auditoria interna da Entidade, caso exista, e o auditor externo decida usá-lo, ou pela obtenção de assistência direta de auditores internos pelo auditor independente no seu trabalho.
 - b) O auditor independente deve se comunicar com os responsáveis pela governança da EFPC e fornecer um resumo do alcance planejado e da época da auditoria e como ele planejou seu trabalho. Entretanto, como a decisão de usar a função de auditoria interna é de sua responsabilidade, o auditor externo, ao decidir usar o trabalho da auditoria interna, não necessita informar aos responsáveis da governança essa sua decisão.
 - c) Para manter a sua independência e para respeitar a política de segregação de funções, a auditoria interna não pode auxiliar a EFPC a identificar e avaliar exposições significativas a diversos riscos que possam existir. Entretanto, a auditoria interna poderá contribuir no aprimoramento da gestão de risco e do controle interno que são avaliados pelo setor de *Compliance* existente dentro da Entidade. Adicionalmente, por haver essa segregação de funções, o auditor externo poderá usar o trabalho de auditoria interna.
 - d) O auditor externo, na condução dos trabalhos de exame das demonstrações contábeis da EFPC em que existir a função de auditoria interna poderá utilizar os auditores internos para prestar assistência direta ao seu trabalho e, ocorrendo isto, a equipe da auditoria interna deverá estar sob a direção, supervisão e revisão do auditor independente e, não, da Entidade.

8. As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), pela natureza de seus negócios necessitam contar com o trabalho de especialistas para analisar e mensurar determinadas transações e operações. O auditor independente, ao aceitar um trabalho de auditoria das demonstrações contábeis de uma EFPC, deve avaliar a necessidade de utilização de especialistas em seu trabalho, independentemente dos especialistas que apoiam a EFPC. Considerando a norma de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que trata da utilização do trabalho de especialistas, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**:
- I. O auditor é o único responsável por expressar opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da EFPC, e essa responsabilidade não é reduzida pela utilização do trabalho de especialista contratado para apoiar o seu trabalho.
 - II. O auditor deve fazer referência ao uso do trabalho do especialista em seu relatório, não sendo necessário mencionar que essa referência reduz a sua responsabilidade pela opinião.
 - III. Em uma EFPC cujo plano de previdência administrado por ela seja na modalidade de Contribuição Definida sem qualquer tipo de risco atuarial, o auditor está dispensado de utilizar especialista em atuária para lhe auxiliar nos seus trabalhos de análises das reservas matemáticas dos participantes do plano.
 - IV. O auditor poderá contratar especialista para lhe auxiliar na auditoria das demonstrações contábeis da EFPC pertinentes, segundo seu julgamento nas áreas de Atuária, Avaliação da Carteira de Imóveis e Contencioso Jurídico, e deverá estabelecer acordo por escrito com o especialista sobre os seguintes assuntos: i) a natureza, o alcance e os objetivos do trabalho desse especialista; ii) as respectivas atribuições e responsabilidade do auditor e desse especialista; iii) a natureza, a época e a extensão da comunicação entre o auditor e esse especialista, incluindo o formato de qualquer relatório a ser fornecido por esse especialista; e iv) a necessidade de o especialista observar requisitos de confidencialidade.

Estão **CORRETOS** apenas os itens:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e V.

9. Conforme Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) que dispõe sobre as normas específicas para os procedimentos contábeis, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), durante o processo de avaliação e registro contábil das operações com cotas de fundos de investimento, deverão observar as regras estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Considerando a legislação em vigor sobre redução ao valor recuperável de ativos, identifique, nos itens abaixo, as evidências de fontes externas de informação a serem observadas e, em seguida, assinale a opção **CORRETA.**

- I. Evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.
- II. Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças incluem, por exemplo, o ativo que se torna inativo ou ocioso, e eventual plano para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence.
- III. Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado.
- IV. As taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos, provavelmente, afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo.

Estão **CORRETOS** apenas os itens:

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e II.

10. Em relação à Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) que trata sobre a política, os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar visando à prevenção da utilização do regime para a prática dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores e de financiamento do terrorismo, analise as alternativas abaixo e assinale a opção CORRETA.

- a) As EFPCs devem dispensar especial atenção às ocorrências, dentro de sua esfera de atuação que estejam relacionadas ao aporte no plano de benefícios efetuado por terceiro que não a patrocinadora, cujo valor seja igual ou superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e a negociação com pagamento em espécie, a uma mesma pessoa física ou jurídica, cujo valor seja superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).
- b) As EFPCs devem dispensar especial atenção às ocorrências, dentro de sua esfera de atuação que estejam relacionadas ao aporte no plano de benefícios efetuado por terceiro que não a patrocinadora, cujo valor seja igual ou superior a R\$100.000,00 (cem mil reais) e a negociação com pagamento em espécie, a uma mesma pessoa física ou jurídica, cujo valor seja superior a R\$100.000,00 (cem mil reais).
- c) As EFPCs devem dispensar especial atenção às ocorrências, dentro de sua esfera de atuação que estejam relacionadas ao aporte no plano de benefícios efetuado por terceiro que não a patrocinadora, cujo valor seja igual ou superior a R\$10.000,00 (dez mil reais) e a negociação com pagamento em espécie, a uma mesma pessoa física ou jurídica, cujo valor seja superior a R\$10.000,00 (dez mil reais).
- d) As EFPCs devem dispensar especial atenção às ocorrências, dentro de sua esfera de atuação que estejam relacionadas ao aporte no plano de benefícios efetuado por terceiro que não a patrocinadora, cujo valor seja igual ou superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais) e a negociação com pagamento em espécie, a uma mesma pessoa física ou jurídica, cujo valor seja superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais).

11. A legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) dispõe sobre a apuração do resultado, a destinação e utilização de superávit e o equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram. Em relação à precificação de ativos e passivos, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Preliminarmente à apuração do resultado do plano de benefícios, a EFPC deverá considerar a satisfação das exigências regulamentares relativas ao custeio do plano, mediante o uso de modelos e critérios consistentes.
- II. Preliminarmente à apuração do resultado do plano de benefícios, a EFPC deverá considerar as ações ativas imputáveis ao plano de benefícios.
- III. Preliminarmente à apuração do resultado do plano de benefícios, a EFPC deverá considerar a adequada precificação dos recursos garantidores do plano de benefícios, levando em conta o valor ajustado ao risco para cada modalidade operacional, mediante o uso de modelos e critérios consistentes.
- IV. Preliminarmente à apuração do resultado do plano de benefícios, a EFPC deverá considerar apenas os riscos de crédito e liquidez.

Estão CORRETOS apenas os itens:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I e IV.

12. Considere a resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que dispõe sobre as diretrizes para aplicação de recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Em relação aos empréstimos de valores mobiliários, assinale a opção CORRETA.

- a) A EFPC não pode emprestar ativos financeiros de sua carteira, mesmo que sejam observadas as regras sobre o empréstimo de valores mobiliários por câmaras e prestadores de serviços de compensação e liquidação estabelecidas pelo CMN, bem como as medidas regulamentares adotadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- b) A EFPC pode emprestar ativos financeiros de sua carteira observadas as regras sobre o empréstimo de valores mobiliários por câmaras e prestadores de serviços de compensação e liquidação estabelecidas pelo CMN, bem como as medidas regulamentares adotadas pela CVM.
- c) A EFPC pode emprestar ativos financeiros de sua carteira observadas as regras sobre o empréstimo de valores mobiliários por câmaras e prestadores de serviços de compensação e liquidação estabelecidas apenas pela CVM.
- d) Os ativos financeiros emprestados não precisam ser considerados para verificação dos limites estabelecidos na legislação em vigor, mesmo sendo observadas as regras da CMN e da CVM.

13. Em relação às normas específicas para os procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), em específico a parte que trata das regras a serem observadas no registro contábil das operações com participantes, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

- I. Devem-se registrar os empréstimos e financiamentos inadimplidos e provisionados parcialmente, os quais não podem deixar de ser atualizados de acordo com os índices contratuais, desde que iniciados os procedimentos de cobrança judicial.
- II. Devem-se registrar somente os juros devidos pelos patrocinadores, pelo atraso no repasse, sem a necessidade de seguir o mesmo critério de contabilização do valor principal, com o devido aprovisionamento.
- III. Devem-se registrar as operações com participantes e assistidos pelo valor do principal, incluindo encargos financeiros, conforme estabelecido no contrato, até a sua liquidação ou a data do efetivo ajuizamento.
- IV. Devem-se registrar as taxas de administração de empréstimos e/ou financiamentos imobiliários como “Rendas/Variações Positivas” de investimentos, quando cobradas nas operações com participantes e assistidos.

Estão CORRETOS apenas os itens:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.

14. Com base na legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), identifique nos itens a seguir as informações a serem divulgadas aos participantes e assistidos em relatório anual e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. A situação atuarial, dispondo, quando for o caso, sobre superávit ou déficit do plano, independente das causas e eventual obrigação de destinação de reserva de capital ou equacionamento de déficit.
- II. A gestão dos investimentos dos planos de benefícios e de perfil de investimento, quando houver, seja própria, terceirizada ou mista, durante o exercício a que se refere o relatório, relacionada à política de investimento estabelecida para o mesmo período.
- III. Os limites aprovados na política de investimento para o plano de benefícios e por perfil de investimento, quando houver, adotada para o exercício anterior a que se refere o relatório.
- IV. Informações sobre ativos em carteira própria e em fundos de investimentos exclusivos da EFPC em default, a provisão estimada e a representatividade em relação a carteira de ativos por plano.

Estão CORRETOS apenas os itens:

- a) I, II e III.
- b) II e IV.
- c) II e III.
- d) I e IV.

15. Em relação à Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) que estabelece normas para os procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- a) As EFPCs devem elaborar estudo de viabilidade econômica para demonstrar a forma de financiamento apenas dos planos de Contribuição Variável (CV), independente de quantos planos existirem na carteira.
- b) A avaliação para fins de alienação de imóveis pode ser dispensada, caso a última avaliação tenha sido realizada em prazo inferior a 360 dias.
- c) A utilização de recursos de fundo previdencial, para cobrir total ou parcialmente as contribuições em conformidade com o plano de custeio anual, deve ser registrada e evidenciada em nota explicativa.
- d) As EFPCs devem registrar contabilmente os instrumentos de dívidas de patrocinador relativos aos financiamentos de serviço passado e de déficit técnico equacionado no grupo "Operações Contratadas", no "Realizável Previdencial", no Passivo.

16. Acerca da Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) que trata das diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

- I. A EFPC é dispensada de cadastrar, no Sistema de Captação de Dados de Investimentos (Sicadi) disponível na página eletrônica da Previc, as ações, os fundos de investimento, os fundos de investimento em cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil, não exclusivos, a partir do segundo nível de abertura, inclusive, desde que representem até 10% (dez por cento) dos recursos do plano.
- II. O demonstrativo de investimentos é composto de todos os ativos pertencentes à carteira própria, à carteira administrada, aos fundos de investimento e aos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento dos quais a EFPC seja direta ou indiretamente cotista.
- III. A EFPC, nos casos de negociação privada de ações, fundos de investimento e fundos de investimento em cotas de fundos de investimentos, deve elaborar estudo técnico acerca da negociação.
- IV. A eventual substituição de informações do demonstrativo de investimentos deve ser justificada pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) e permanecer na EFPC à disposição do Conselho Fiscal e da Previc.

Estão CORRETOS apenas os itens:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.

17. Considerando a Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) que estabelece normas para os procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

- I. Para fins de ajuste, a metodologia de apuração do valor de mercado é de responsabilidade da EFPC e deve ser estabelecida com base em critérios consistentes e passíveis de verificação que levem em consideração a independência na coleta de dados em relação às taxas praticadas em mercado, podendo ser utilizado como parâmetro o preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior.
- II. Para fins de ajuste, a metodologia de apuração do valor de mercado é de responsabilidade da EFPC e deve ser estabelecida com base em critérios consistentes e passíveis de verificação que levem em consideração a independência na coleta de dados em relação às taxas praticadas em mercado, podendo ser utilizada como parâmetro outra técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos, não cabendo avaliação com passivos idênticos ou comparáveis.
- III. Para fins de ajuste, a metodologia de apuração do valor de mercado é de responsabilidade da EFPC e deve ser estabelecida com base em critérios consistentes e passíveis de verificação que levem em consideração a independência na coleta de dados em relação às taxas praticadas em mercado, podendo ser utilizado como parâmetro o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.
- IV. Para fins de ajuste, a metodologia de apuração do valor de mercado é de responsabilidade da EFPC e deve ser estabelecida com base em critérios consistentes e passíveis de verificação que levem em consideração a independência na coleta de dados em relação às taxas praticadas em mercado, podendo ser utilizado como parâmetro o valor de custo possível de realização obtido mediante adoção de fluxo de caixa descontado para renda variável.

Estão **CORRETOS** apenas os itens:

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.

18. Considerando a Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) que estabelece normas para os procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

- I. No registro contábil das operações compromissadas, as EFPCs, devem reconhecer os custos de transação, como corretagens e outras taxas incidentes, a débito de “Deduções/Variações Negativas”.
- II. No registro contábil das operações compromissadas, as EFPCs, devem apropriar mensalmente os rendimentos ou encargos dessas operações, a crédito ou a débito de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”, respectivamente, em razão do prazo decorrido, admitindo-se a apropriação em períodos inferiores a um mês.
- III. No registro contábil das operações compromissadas, as EFPCs, devem reconhecer os custos de transação, como corretagens e outras taxas incidentes, a crédito de “Deduções/Variações Positivas”.
- IV. No registro contábil das operações compromissadas, as EFPCs, devem apropriar anualmente os rendimentos ou encargos dessas operações, a débito de “Rendas/Variações Positivas”, não sendo admitido a apropriação em períodos inferiores a um mês.

Estão CORRETOS apenas os itens:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.

19. Considerando a Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) que estabelece normas para os procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

- I. No registro contábil das operações com ativos de renda variável, as EFPCs, devem contabilizar as ações pelo valor de mercado avaliadas pelo custo de aquisição.
- II. No registro contábil das operações com ativos de renda variável, as EFPCs, na avaliação dos ativos de renda variável devem reconhecer os custos de transação, como corretagens e outras taxas incidentes, a débito de “Deduções/Variações Negativas”.
- III. No registro contábil das operações com ativos de renda variável, as EFPCs, devem apresentar laudo de avaliação realizado pela própria EFPC ou por pessoa física ou jurídica especializadas devidamente registradas na Comissão de Valores Mobiliários, contendo, no mínimo, as premissas utilizadas no cálculo, a metodologia e a forma de precificação das ações sem negociação nos últimos noventa dias.
- IV. No registro contábil das operações com ativos de renda variável, as EFPCs, devem apresentar laudo de avaliação realizado somente por pessoa física ou jurídica especializadas devidamente registradas na Comissão de Valores Mobiliários, contendo, no mínimo, as premissas utilizadas no cálculo, a metodologia e a forma de precificação das ações sem negociação nos últimos sessenta dias.

Estão CORRETOS apenas os itens:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.

20. Em relação à Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) que estabelece normas para os procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- a) As EFPCs não precisam registrar contabilmente os instrumentos de dívidas de patrocinador relativos aos financiamentos de serviço passado e de déficit técnico equacionado no grupo “Operações Contratadas”, no “Realizável Previdencial”, no Ativo.
- b) Na existência de depósitos judiciais, estes realizáveis devem ser atualizados mensalmente, independente da emissão do alvará de levantamento expedido pelo Judiciário em favor da EFPC.
- c) A utilização de recursos de fundo previdencial, para cobrir total ou parcialmente as contribuições em conformidade com o plano de custeio anual, deve ser registrada e evidenciada em nota explicativa.
- d) Na existência de depósitos judiciais, estes realizáveis devem ser atualizados por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo Judiciário em favor da EFPC em contrapartida à conta de resultado.

21. Considerando à Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) que dispõe sobre as normas para os procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- a) No registro contábil das operações com ativos de renda fixa, as EFPCs devem contabilizar a aquisição de ativos pelo valor efetivamente desembolsado, sem a necessidade de evidenciar o ágio e o deságio em documentos auxiliares.
- b) Os custos de transação, como corretagens e outras taxas incidentes sobre os títulos de renda fixa classificados como mantidos até o vencimento, devem ser reconhecidos posteriormente à aquisição.
- c) A EFPC deve reconhecer a valorização e desvalorização dos ativos mensurados a valor justo em contrapartida à “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”, no resultado do período.
- d) No registro contábil das operações com ativos de renda fixa, as EFPCs devem apropriar mensalmente os rendimentos ou encargos dessas operações, a crédito ou a débito de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”, respectivamente, em razão do prazo decorrido, não se admitindo a apropriação em períodos inferiores a um mês.

22. No que compete à Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) que dispõe sobre as normas para os procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), quais gastos podem ser classificados como despesas diretas dos investimentos?

- a) Os tributos indiretos e diretos incidentes sobre investimentos.
- b) Os serviços de avaliações e reavaliações de investimentos.
- c) Os gastos necessários indiretamente relacionados com a recuperação de investimentos, tais como honorários advocatícios terceirizados e consultorias especializadas na recuperação de perdas com investimentos.
- d) As taxas condominiais, seguros, custos de manutenção, demais taxas e impostos incidentes sobre investimentos imobiliários de responsabilidade do locador (proprietário), para os imóveis não locados, incluindo os imóveis para uso próprio.

23. Considerando o guia de melhores práticas de contabilidade e auditoria, elaborado e divulgado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) no âmbito das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

- I. As informações contábeis devem ser elaboradas a partir da política contábil da EFPC, a fim de descrever contabilmente todos processos referentes à gestão previdencial, administrativa e de investimentos, evidenciando os fatos com critérios consistentes e verificáveis, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade, além das normas específicas editadas por órgão regulador, de forma tempestiva, sobretudo para que possam ser utilizadas no processo decisório e contemplando ainda, entre outros aspectos, a gestão de riscos e o tratamento das provisões contingenciais, ativos e passivos contingentes.
- II. As demonstrações contábeis por plano de benefícios devem evidenciar o conjunto de compromissos atuariais e previdenciais avaliados no parecer atuarial de cada plano (Demonstração das Provisões Técnicas - DPT), a estrutura de ativos definida para atender a esses compromissos (Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL) e os elementos que contribuem na visualização da evolução desses ativos entre os períodos (Demonstração do Ativo Líquido - DAL).
- III. O controle patrimonial realizado por meio de escrituração contábil deve respeitar a independência patrimonial, de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios administrados pela EFPC e o Plano de Gestão Administrativa (PGA), visto que as informações segregadas são essenciais para os usuários da informação, sem prejuízos das demonstrações consolidadas.
- IV. As demonstrações contábeis obrigatórias devem ser complementadas pelas notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas, Relatório dos Auditores Independentes (RAI), Relatórios dos Auditores Internos, parecer do atuário, relativo aos planos mais significativos de benefícios previdencial, parecer do Conselho Fiscal (CF) e manifestação do Conselho Deliberativo (CD) com a aprovação das demonstrações contábeis.

Estão CORRETOS apenas os itens:

- a) I e IV.
- b) III e IV.
- c) I e III.
- d) II e IV.

24. Em relação à auditoria da EFPC, considerando o guia de melhores práticas atuariais, elaborado e divulgado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) no âmbito das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), assinale a opção CORRETA.

- a) A auditoria independente, para emissão de opinião sobre a conformidade das demonstrações financeiras da EFPC, deve verificar a consistência das reservas matemáticas apuradas e, conseqüentemente, das hipóteses atuariais e das bases de dados utilizadas, não cabendo a obrigação de validação dos relatórios fornecidos pela entidade que tenham servido de base para a realização da auditoria.
- b) É recomendável que seja realizado, periodicamente, auditorias atuariais e de benefícios nos planos de benefícios, devendo ser realizadas por atuário devidamente habilitado, que tenha elaborado avaliação atuarial no plano a ser auditado em exercícios recentes.
- c) Recomenda-se a realização periódica de auditorias atuariais e de benefícios nos planos de benefícios, devendo ser realizadas por atuário devidamente habilitado, que não tenha elaborado avaliação atuarial no plano a ser auditado em exercícios recentes.
- d) A auditoria independente, para emissão de opinião sobre a conformidade das demonstrações financeiras da EFPC, deve certificar a consistência das reservas matemáticas apuradas e, conseqüentemente, das hipóteses atuariais e das bases de dados utilizadas, não cabendo a obrigação de validação dos relatórios fornecidos pela entidade que tenham servido de base para a realização da auditoria.

25. Em relação às hipóteses atuariais, utilizando como base o guia de melhores práticas atuariais, elaborado e divulgado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) no âmbito das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), assinale a opção CORRETA.

- a) A taxa de juros representa a rentabilidade futura esperada dos ativos garantidores do plano de benefícios e é utilizada para determinar o valor presente dos benefícios e contribuições futuras na data-base da avaliação atuarial. Deve ser expressa em termos de uma taxa real, livre do efeito da inflação atual ou projetada.
- b) A avaliação atuarial é feita com base em hipóteses biométricas, que devem ser adequadas às características do plano de benefícios, da sua massa de participantes e assistidos, não sendo considerados os beneficiários.
- c) Não compete aos atuários observar as expectativas atuais de mortalidade e longevidade do conjunto dos participantes e assistidos, bem como considerar a tendência de aumento da longevidade.
- d) Cabe ao atuário a proposição das hipóteses atuariais a serem utilizadas na avaliação atuarial, identificando o conjunto de hipóteses aplicáveis ao plano de benefícios por meio de estudos de adequação, com foco retrospectivo.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

26. Com base na Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas, discorra sobre as possíveis classificações para os títulos e valores mobiliários e o que deve ser considerado para cada uma das possíveis classificações, o tratamento contábil a ser aplicado e as divulgações mínimas obrigatórias que devem constar nas notas explicativas às demonstrações contábeis relativas às categorias de classificação dos títulos e valores mobiliários.

27. A Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que dispõe sobre as normas específicas para os procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) estabelece que, durante o processo de avaliação e registro contábil das operações com cotas de fundos de investimento, a EFPC deverá observar as regras estabelecidas pela legislação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Conforme resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que dispõe sobre as diretrizes para aplicação de recursos garantidores dos planos administrados, as EFPCs podem investir em cotas de Fundo de Investimentos em Participações (FIP), desde que sejam respeitados os limites de concentração por segmento e por emissor.

Durante os procedimentos de inspeção das demonstrações financeiras de um determinado FIP relevante que compõe a carteira de investimentos da EFPC, foi observado pelo auditor independente da entidade o registro contábil de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no balanço do Fundo.

Considerando a Instrução da CVM que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos FIPs, explique o que é um FIP, descrevendo qual sua classificação segmentar no balanço das EFPCs e o seu limite máximo de concentração por emissor, e quais os critérios que devem ser observados pelo administrador do Fundo para realizar operações com AFACs em seu balanço patrimonial.

RASCUNHO DO GABARITO
ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>